

PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO SOBRE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL (2015 – 2017)

Cristiane de Brito Cruz¹ e Dra. Olívia Moraes de Medeiros Neta²

¹*Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnologia do Rio Grande do Norte – IFRN,*
cristianebrito1978@gmail.com e ²*Universidade federal do Rio Grande do Norte – UFRN,*
olivianeta@gmail.com

RESUMO:

O objetivo deste trabalho foi o de mapear a produção de conhecimento a respeito de extensão produzida no Brasil e de verificar se estes trabalhos possuem o tema *trabalho como princípio educativo – TPE* de forma explicitada no texto ou se o tema consta implicitamente em relação à extensão universitária proposta nos trabalhos. Como metodologia, utilizamos a abordagem quanti-qualitativa e como procedimento metodológico fizemos um levantamento bibliográfico no site da CAPES, a partir da utilização do descritor *Extensão Universitária no Brasil*, sem aspas e filtros, como: 1) Produção dos últimos três anos; 2) Teses e Dissertações; 3) Grande área de conhecimento das ciências humanas; 4) Área de conhecimento da educação; 5) Área de concentração do trabalho e educação. Assim, decidimos colocar no descritor as aspas e não aplicamos nenhum filtro, o que levou a um total de 20 dissertações e teses que foram as que analisamos. Após proceder a análise dos resumos destes 20 trabalhos, verificamos se nelas consta o TPE foco de nosso interesse. Como resultados pudemos observar que dos 20 trabalhos, um não foi localizado, nem mesmo o resumo, e dos 19 restantes nenhum apresentava reflexões acerca do TPE de forma explícita, enquanto nove deles faziam alguma alusão sutil ao tema. Compreendemos a importância do tema e esperamos contribuir com este artigo para reflexão sobre sua presença em futuras pesquisas.

Palavras-chave: Produção de Conhecimento, Extensão, Universidade, Trabalho como Princípio Educativo.

1 EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL: BUSCANDO NEXOS

A extensão no Brasil consta nos documentos legais desde 1931 através do Decreto nº 19.850, de 11 de abril de 1931. O referido decreto trazia em seu Art. 1º que ficava instituído o Conselho

Nacional de Educação, e que este seria o órgão consultivo do ministro da Educação e Saúde Pública nos assumptos relativos ao ensino.¹ E seguia em suas deliberações:

Art. 2º O Conselho Nacional de Educação destina-se a colaborar com o Ministro nos altos propósitos de **evar o nível da cultura brasileira e de fundamentar, no valor intelectual do indivíduo e na educação profissional apurada, a grandeza da Nação.**

Art. 4º O Conselho Nacional de Educação não terá atribuições de ordem administrativa, mas opinará em ultima instância sobre **assumptos técnicos e didáticos** e emitirá parecer sobre as questões administrativas correlatas atendidos os dispositivos dos estatutos das universidades e dos regulamentos institutos singulares de ensino superior.

Art. 5º Constituem atribuições fundamentais do Conselho:

f) facilitar, na esfera de sua ação, a **extensão universitária** e promover o maior contacto entre os institutos técnicos e científicos e ambiente social;

g) firmar as **diretrizes gerais** do ensino primário, secundário, técnico e **superior**, atendendo, acima de tudo, os interesses da civilização e da cultura do país; (BRASIL, 1931, Grifo nosso).

O Decreto Nº 19.851, de 11 de abril de 1931, trouxe a sinalização de projetos de governo em benefício às ideias capitalistas nas universidades, o governo, nesse decreto, indica que possuía o controle, mas a verdade é que a iniciativa privada tinha poder nas decisões que eram tomadas dada a sua presença em conselhos deliberativos, em consonância com os objetivos do ideário liberal:

Art. 8º O Governo Federal, mediante parecer do Conselho Nacional de Educação, poderá realizar accôrdo com os governos estaduaes para a organização de universidades federaes, constituídas de institutos de ensino superior federaes e estaduaes, os quaes continuarão a gosar de personalidade juridica propria e exercerão a actividade universitaria com os recursos financeiros concedidos pelos Governos Federal e estadual, ou por dotações de quaesquer procedencias.

Paragrapho unico. O mesmo accôrdo, em casos especiaes, poderá ser realizado entre governos e **fundações privadas**, para os effeitos da organização de universidades regionaes federaes. [...].

§ 2º Aos **particulares** que houverem contribuido com donativos para a fundacção ou manutenção de universidade ou de seus institutos poderá ser assegurado pelos estatutos universitarios o **direito de verificar a regular applicação dos donativos**

¹ Neste período o Brasil estava na Nova República e o presidente Getúlio Vargas assumiu o poder. Getúlio Vargas assumiu a presidência da república, em 1930, permanecendo em um governo provisório até 1934. Embora vitorioso sobre a revolução constitucionalista de 1932, ocorrida em São Paulo, Vargas viu-se obrigado a convocar uma assembleia constituinte, que deu ao país uma nova constituição (1934), de cunho liberal.

feitos e de participar, pessoalmente ou por meio de representante junto ao Conselho Universitário, da administração do patrimônio doado. (BRASIL, 1931, Grifos nossos).

As instituições particulares, conforme os documentos citados, tinham certo caráter de decisão no que diz respeito ao patrimônio doado e o governo um maior controle, mas fica subentendido, a partir da leitura do documento, que a autonomia universitária parece ter um caráter muito pequeno. Mesquita (2002) realiza questionamentos a respeito do ideário capitalista na extensão universitária quando diz que

[...] A universidade e a extensão universitária têm-se constituído como espaço que favorece a venda de serviços e a captação de recursos também a partir de demandas explícitas advindas do setor privado e governamental, além do comunitário.

Nessa perspectiva, identifica-se uma nova abordagem de extensão universitária, que tem se esboçado na lógica da necessidade de captação de recursos e de prestação de serviços que passam de assistenciais à comerciais, transformando com isso o compromisso social da universidade e finalidade da extensão universitária. (MESQUITA, 2002, p. 5).

No trecho a autora coloca que a crise universitária parte justamente do princípio de que a extensão não se encontrava, até a data de publicação de seu trabalho, como parte de um dos três pilares nos quais a universidade deveria se sustentar, mas sim uma extensão que não serve de formação humana aos alunos, mas sim aos interesses do capital. A autora critica o assistencialismo provindo da extensão para que não se “transforme a extensão universitária em um mero balcão de serviços negociáveis.” Serviços como incubadoras, sob a perspectiva da autora, poderiam ser bons exemplos desta prática.

Segundo Mesquita (2002), a extensão no Brasil se forma influenciada pelos ideais das universidades populares de levar o conhecimento ao povo mediante a oferta de cursos de extensão que devem transmitir o saber técnico aos “desinformados”, constituindo-se em uma prestação de serviços realizada por estudantes e professores à comunidade.

Acreditamos que esta visão de extensão está equivocada e que a extensão deveria se prestar a um trabalho mais educativo, mais libertador, que fizesse com que os beneficiados possam ser também atores e não só “passivos” neste processo. Nos baseamos em Freire (1983) em seu livro *Extensão ou Comunicação?* que traz uma visão mais ampla sobre a extensão.

Neste contexto, nosso trabalho busca mapear a produção de conhecimento a respeito de extensão produzida até o momento, verificando se estes trabalhos possuem o tema *trabalho como princípio educativo*. Para obter a produção acadêmica relacionada à extensão

utilizamos o sítio oficial da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

2 METODOLOGIA

Utilizamos, para mapear as dissertações e teses sobre extensão universitária, o portal da CAPES, no endereço eletrônico <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/>. Através da utilização da expressão *extensão universitária no Brasil*, obtivemos um resultado elevado de dissertações e teses e, ao aplicarmos os filtros: 1) Produção dos últimos três anos; 2) Teses e Dissertações; 3) Grande área de conhecimento das ciências humanas; 4) Área de conhecimento da educação; 5) Área de concentração do trabalho e educação. Assim, pudemos ir refinando a pesquisa até alcançar um número de artigos necessário para proceder à análise de quais deles tratavam do tema *trabalho como princípio educativo*.

Minayo (2006) define o método qualitativo como sendo aquele que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam. Nosso trabalho trata-se de uma abordagem quanti-qualitativa, bibliográfica e documental.

O mapeamento das dissertações e teses no Portal de Periódicos da Capes, com o descritor *extensão universitária no Brasil*, foi realizado aplicando-se a ferramenta de pesquisa que existe para procura de palavras em arquivos pdf, que são as teclas de atalho *control + F*, e decidimos colocar a palavra “trabalho” para identificar nos textos se encontraríamos o tema Trabalho como Princípio Educativo (TPE). Após realizar a busca e não encontrarmos exatamente a expressão TPE, fizemos a leitura de algumas passagens onde se falava sobre extensão.

Para a fundamentação teórica de nosso trabalho, investigamos a legislação brasileira desde a década de 1930, por tratar-se do período no qual foram criadas as primeiras universidades no Brasil e, a partir deste período, terem sido criados os primeiros decretos e posteriormente as primeiras leis que regiam as universidades e já nestes documentos constarem algumas orientações sobre extensão universitária.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A extensão associada ao ensino e à pesquisa faz parte da tríade formativa de instituições de ensino superior. A extensão passou por diversos momentos por indefinições ao

longo da história e sempre foi entendida como tudo aquilo que não era ensino e nem pesquisa, mas afinal de contas qual era então o papel da extensão? Desde os Decretos 19.850/1931 e Nº 19.851/1931, deu-se início às propostas de universidade que trabalhasse com a extensão. Segundo estes decretos, era função do Conselho Nacional de Educação, e o decreto 19.850 reitera isso, “facilitar, na esfera de sua ação, a extensão universitária e promover o maior contacto entre os institutos técnicos e científicos e ambiente social (BRASIL, 1931).” No caso, a extensão servia de conexão da universidade com a sociedade.

A extensão universitária era considerada como meio de difusão de cursos, como meio para um certo assistencialismo à população, mas não para uma formação cidadã. Quando se coloca “salvaguardarem os altos interesses nacionaes (sic)” observamos que poderia existir uma suposta censura em relação aos conteúdos. Vemos isto também no mesmo decreto no excerto a seguir:

Art. 109. A extensão universitária destina-se à diffusão de conhecimentos philosophicos, artisticos, litterarios e scientificos, em beneficio do aperfeiçoamento individual e colectivo.

§ 1º De accôrdo com os fins acima referidos, a extensão universitária será realizada por meio de cursos intra e extra-universitarios, de conferências de propaganda e ainda de demonstrações praticas que se façam indicadas.

§ 2º Caberá ao Conselho Universitario, em entendimento com os conselhos technico-administrativos dos diversos institutos, effectivar pelos meios convenientes a extensão universitária.

Em 1937 foi criada a União Nacional dos Estudantes - UNE, a qual se tornou um elo importante no processo de desenvolvimento da extensão universitária no Brasil. Propunham atividades extensionistas enfatizando o comprometimento da Universidade com as classes populares, ressurgindo através do movimento estudantil a ideia de universidade popular no Brasil em 1938 (GURGEL, 1986).

Para Gurgel (1986) após este período iniciam-se as tentativas nacionais no sentido de institucionalização da extensão após o estatuto das universidades em 1931 e afirmam-se nas décadas seguintes o Centro Popular de Cultura; a extensão da Universidade de Brasília; o Serviço de Extensão Cultural da Universidade de Pernambuco; a Universidade Volante do Paraná; e aparece o primeiro Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária - CRUTAC e o Projeto Rondon.

A União Nacional dos Estudantes - UNE² foi criada em 1937 e ajudou a desenvolver a extensão universitária no Brasil. A entidade propunha atividades extensionistas enfatizando o comprometimento da Universidade com as classes populares, ressurgindo através do movimento estudantil a ideia de universidade popular no Brasil em 1938 (GURGEL, 1986).

Em consequência, os estudantes universitários deram início aos movimentos culturais e políticos no fim dos anos 1950, início dos anos 1960 os quais foram considerados como “[...] fundamentais para a formação das lideranças intelectuais de que carecia o país. Estavam assim definidas as áreas de atuação extensionista, antes mesmo que o conceito fosse formalmente definido³”.

Em 1961, no governo de João Goulart, a Lei 4.024, primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB), sinaliza a extensão por meio da menção aos cursos ofertados para os estudantes de segundo grau, hoje Ensino Médio, que poderiam ser dados nas instituições superiores ou nos colégios universitários como forma de preparação dos alunos para os cursos superiores, para os alunos da 3ª série (BRASIL, 1971).

Em 1968, iniciou o projeto Rondon, no Rio de Janeiro, através do decreto 62.927, com a “finalidade de promover estágios de serviço para estudantes universitários, objetivando conduzir a juventude a participar do processo de integração nacional (BRASIL, 1968).

Além do projeto Rondon, que propiciava o contato dos estudantes com a comunidade como forma de uma “transformação social”, podemos observar a Lei 5.540/1968, que traz novamente a ideia de extensão como prática para os alunos e de forma a dar uma assistência à população, pois coloca que “as instituições de ensino superior, por meio de suas atividades de extensão, proporcionarão aos corpos discentes oportunidades de participação em programas de melhoria das condições de vida da comunidade e no processo geral do desenvolvimento (BRASIL, 1968).” Depois disto, o decreto-lei 916/1969 cria a Comissão Incentivadora dos Centros Rurais Universitários de Treinamento e Ação Comunitária CINCRUTAC, com a

² No dia 11 de agosto de 1937, na Casa do Estudante do Brasil, no Rio de Janeiro, o então Conselho Nacional de Estudantes conseguiu consolidar o grande projeto, já almejado anteriormente algumas vezes, de criar a entidade máxima dos estudantes. Reunidos durante o encontro, os jovens a batizam como União Nacional dos Estudantes (UNE). Desde então, a UNE começou a se organizar em congressos anuais e a buscar articulação com outras forças progressistas da sociedade. O primeiro presidente oficial da entidade foi o gaúcho Valdir Borges, eleito em 1939.

Os primeiros anos da UNE acompanharam a eclosão do maior conflito humano da história, a segunda guerra mundial. Os estudantes brasileiros, recém-organizados, tiveram ação política fundamental no Brasil durante esse processo, opondo-se desde início ao nazi-fascismo de Hitler e pressionando o governo do presidente Getúlio Vargas a tomar posição firme durante a guerra. Entraram em confronto direto com os apoiadores do fascismo, que buscavam maior espaço para essa ideologia no país. No calor do conflito, em 1942, os jovens ocupam a sede do Clube Germânia, na Praia do Flamengo 132, Rio de Janeiro, tradicional reduto de militantes nazi-fascistas. No mesmo período, o Brasil entrava oficialmente na guerra contra o Eixo, formado por Alemanha, Itália e Japão. Naquele mesmo ano, o presidente Vargas concedeu o prédio ocupado do Clube Germânia para que fosse a sede da União Nacional dos Estudantes. Além disso, pelo decreto-lei n. 4080, o presidente oficializou a UNE como entidade representativa de todos os universitários brasileiros. <http://www.une.org.br/2011/09/historia-da-une/>

³ http://www.extensao.ufba.br/arquivos/inextensao/plano_nacional_de_extens%e3o_universitaria.pdf

finalidade de propiciar condições, inclusive materiais e técnicas, para implantação nas Universidades brasileiras de programas de extensão.

Temos, então, através desta lei o estabelecimento de estágio como componente da extensão universitária e como prática a ser incentivada nas universidades para melhoria das condições de vida da população. Em 1977, o decreto 79.296 extingue a CINCRUTAC.

Em 1996, a nova LDB afirma, no Capítulo IV, que trata da Educação Superior, que uma das finalidades da educação superior é “promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição” (BRASIL, 1996). Em seu artigo 44 a mesma lei traz a proposta de cursos e programas de extensão que devem ter a universidades. Mas, até o momento, não existia um conceito próprio do que seria a extensão universitária. Os documentos trazem sempre que a extensão seria o contato da universidade com a sociedade como forma de difusão dos conhecimentos e a nova LDB traz uma forma de divulgação do que é produzido nas universidades.

Diante da falta de um conceito e da falta de definições precisas a respeito do que seria extensão e de quais atividades se encaixariam neste importante elemento do tripé da universidade, além do ensino e da pesquisa, uma conceituação mais precisa da extensão universitária foi elaborada no I Encontro Nacional de Pró-reitores de Extensão em 2006.

A partir do conceito trazido pelo fórum de pró-reitores de extensão das universidades, podemos relacionar a extensão com seus programas, projetos e atividades, bem como através de seus programas de estágio, com a questão da prática profissional dos alunos. Já que, ao retornar às universidades, docentes e discentes trarão um aprendizado maior sobre a realidade, acrescido ao conhecimento que eles já possuíam. Entendemos que devemos também relacionar extensão a trabalho através da prática profissional. E já que existe um aprendizado nesta prática, estamos falando da conceituação de Gramsci (2010) sobre *trabalho como princípio educativo* que

é um processo de formação e desenvolvimento (consciência) em movimento que dá sentido à vida e ao mundo pelo princípio educativo do trabalho, de forma que este regule organicamente a vida recíproca dos homens, ordem que deve ser respeitada por convenção espontânea e não apenas por imposição externa, por necessidade reconhecida e proposta a si mesmo como liberdade e não por simples coação” (GRAMISCI, 2010, p.116).

Para a análise dos dados e como orientação teórica utilizaremos o conceito de Gramsci (2010) como forma de analisarmos o TPE na produção do conhecimento relacionado à

extensão universitária no Brasil. Acreditamos que a extensão seja uma maneira de exercer a cidadania através de um trabalho que possa servir como “comunicação” dialógica entre os atores envolvidos. O conceito de TPE no autor citado coaduna com o de Paulo Freire (1983) em seu trabalho sobre a extensão. Tomamos por base as ideias deste último autor também para orientar nossa análise e nossa visão sobre extensão. Paulo Freire (1983) contrário à perspectiva de persuasão, alienação problematizou a extensão rural com uma perspectiva humanística, crítica e reflexiva. Para ele o extensionista deve atuar com a comunidade de forma a desenvolver nela uma perspectiva crítica sobre a realidade em que está inserida.

RESULTADOS

Para pesquisar a produção do conhecimento acerca da extensão universitária no Brasil decidimos utilizar o catálogo de teses e dissertações do portal da Capes. A pesquisa deu resultados diversos dependendo da forma como colocamos o descritor utilizado bem como os filtros para podermos proceder a análise de uma quantidade de trabalhos possível de ser analisada. Através da utilização do descritor *extensão universitária no Brasil*, sem a utilização de aspas, no repositório da Capes, pelo endereço [http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/,](http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/) obtivemos 904.547 itens a respeito de extensão. O quadro 01 abaixo mostra os filtros utilizados e a quantidade de trabalhos encontrada:

Quadro 01 – Descritores, filtros e quantidade de trabalhos encontrados na pesquisa

DESCRIPTOR/FILTRO	FILTROS	QUANTIDADE
extensão universitária no Brasil (sem aspas)	Nenhum	904.547
	últimos 3 anos (2017, 2016, 2015)	214.947
	Mestrado	132.487
	grande área de conhecimento (ciências humanas)	23.369
	área de conhecimento (educação)	8.303
	área de concentração (trabalho e educação)	12 (todos da Universidade Federal Fluminense de Niterói/RJ)
“extensão universitária do Brasil” (com aspas)	Nenhum	20

Fonte: Produzido pela autora com base na pesquisa no portal da Capes.

Ao acrescentarmos as aspas no descritor “extensão universitária no Brasil” encontramos 20 trabalhos de dissertações e teses que estão no quadro 2 e 3:

Dos 20 trabalhos listados, 10 não puderam ser encontrados no portal da Capes por terem sido anteriores à plataforma Sucupira, cujos trabalhos estão cadastrados a partir do ano de 2013. Dos 10 trabalhos cadastrados no portal, um não possui arquivo completo em *pdf*, constava apenas o resumo. Para localizar estes 10 trabalhos restantes, pesquisamos no site de pesquisas www.google.com, através do nome do autor e do título do trabalho. Juntando os trabalhos que constavam no portal com os pesquisados em outros repositórios conseguidos por meio do site de pesquisas mencionado, conseguimos baixar 19 arquivos com extensão

pdf, sendo 2 desses apenas constando um resumo e não o trabalho completo e 17 continham o arquivo completo da dissertação ou tese. Um dos trabalhos listados não foi encontrado, sequer o resumo foi identificado e, portanto, não foi analisado.

Quadro 2 – teses (doutorado)

AUTOR	OBJETIVO
ROCHA (2006)	Discute as mudanças advindas da globalização, e em grande parte em relação a ela, e as possibilidades de (re)construção conceitual da extensão universitária, frente a esta sociedade mundializada.
LÍRIO (2012)	Esta pesquisa realiza, por meio da Análise Crítica do Discurso (ACD) informada por Fairclough (2009), um estudo acerca dos modos de representação dos atores sociais em cinco projetos educacionais de caráter extensionista, selecionados para o programa UNIAFRO/2008.
GERALDO (2015)	O objetivo principal do estudo é analisar o processo de construção da extensão no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia.

Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa no portal da Capes.

Quadro 3 – dissertações (mestrado)

AUTOR	OBJETIVO
SOKOLOWSKI (1993)	*Não consta de forma explícita. Discutir a natureza da extensão na Universidade Metodista de Piracicaba.
BERTELLI (2006)	Analisar a contribuição da instituição de ensino superior na implementação de Políticas Públicas de atendimento ao idoso.
LIMA (2009)	Examinar a concepção de extensão adotada pelo projeto <i>Jovens com a Bola Toda</i> através da análise dos impactos conforme os seus objetivos propostos.
GERALDO (2011)	Compreender as diretrizes específicas de natureza acadêmica contidas nos Editais do Programa de Apoio à Extensão Universitária (PROEXT) foram adotadas pelos seis programas/projetos da UFJF contemplados nos editais de 2007, 2008 e 2009.
PINTO (2012)	Analisar a extensão universitária enquanto política pública educacional como possibilitadora do desenvolvimento social de idosos.
CABRAL (2012)	Avançar nas concepções práticas de extensão universitária na perspectiva do encontro de saberes.
SILVA (2012)	Análises de práticas extensionistas no campo da saúde que são realizadas no Programa de Extensão Universitária “Enfermagem na Atenção à Saúde do Idoso e seus Cuidadores” (EASIC) e identificar as contribuições para o processo de formação dos profissionais da área da saúde.
BEZERRA (2013)	Análise da gestão de projetos de extensão desenvolvidos na Universidade do Estado da Bahia e apresenta uma reflexão acerca das diretrizes da Extensão Universitária no Brasil, os avanços produzidos e os documentos elaborados pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Brasileiras (Forproex) a partir de sua constituição 1987.
NADAL (2014)	Esta pesquisa identifica os benefícios gerados pelo projeto de Extensão Permanente: Teste da Orelhinha em Irati e Região (TOIR), à comunidade local e traz reflexões sobre Extensão Universitária, a partir de suas políticas, ações e diretrizes institucionais.
MAIA (2014)	Investigar as mudanças geradas pela implantação do Projeto 'Associativismo Apícola no Município de Prudentópolis', no período de 2007 a 2013, enquanto propulsor do desenvolvimento regional.
SILVA, CARLA (2016)	Este estudo investiga a contribuição da contação de histórias na vivência dos acadêmicos extensionistas no Projeto de Extensão Universitária Conta Mais, tendo como foco a contação de histórias nas escolas públicas, na Brinquedoteca, Creche e Museu da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).
SILVA, ANDRE (2016)	O foco central desse estudo é compreender a extensão universitária e a ação de seus atores-rede enquanto promotores de inovações sociais, partindo de uma visão pragmatista.
SOARES (2017)	O objetivo geral foi: contextualizar e conceituar historicamente a extensão universitária no Brasil e na UFRJ no bojo das políticas públicas de educação superior.
SANTOS (2017)	O objetivo desta pesquisa, inserida no Grupo de Pesquisa Políticas Públicas e Reformas Educacionais e Curriculares da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, foi analisar os impactos da inserção do componente curricular: Projeto Comunitário (PC) nas matrizes curriculares dos cursos de Graduação do Centro Universitário – Católica de Santa Catarina.
BONIFACIO (2017)	Este estudo apresenta algumas reflexões sobre as práticas da extensão universitária na formação em saúde na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM). Busca-se analisar e compreender a partir dos princípios norteadores do Sistema Único de Saúde, como os projetos de extensão em saúde na UFVJM são elaborados, ou seja, se os mesmos contemplam tais princípios doutrinários e como nestes projetos a extensão universitária, igualmente a relação, a interação entre universidade e comunidade é definida e descrita.
LINS (2017)	Este estudo tem como objetivo descrever a história e a prática da extensão universitária. Especificamente, conhecer a história da extensão universitária e refletir sobre a sua prática.

Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa no portal da Capes.

Assim, analisamos primeiramente os resumos dos trabalhos para ver se continham o tema *trabalho como princípio educativo* e observamos que este tema não constava em nenhum dos 19 trabalhos. Após esta fase, consideramos se o tema estaria de forma explícita ou mesmo de maneira implícita no corpo do trabalho. O quadro 4, a seguir, mostra o que identificamos:

Os trabalhos de Sokolowski (1993), Jana (2005) e Geraldo (2011) não puderam ser analisados pois não foram localizados. Os trabalhos de Bezerra (2013), Soares (2017),

Bonifácio (2017), Lins (2017), Rocha (2006), Lírio (2012) e Geraldo (2015) não fazem alusão ao TPE. A palavra “trabalho” refere-se à própria dissertação/tese ou a outros trabalhos acadêmicos em 5 dessas pesquisas. As expressões mercado e mundo do trabalho constam em três delas. Quatro relacionam a palavra à extensão e três ao trabalho formal/informal. Isto mostra que a extensão para estes autores não tinha ligação de forma muito direta ao TPE e caso tenha ligação para a visão deles, os autores não deixaram de forma explícita nem implícita no texto.

Os trabalhos de Bertelli (2006), Lima (2009), Pinto (2012), Cabral (2012), Silva (2012), Nadal (2014), Maia (2014), Silva, Carla (2016), Silva, André (2016) e Santos (2017) possuíam alguma ligação com TPE de maneira sutil e a palavra “trabalho” está relacionada em 7 delas à própria dissertação/tese ou a outros trabalhos acadêmicos; em seis delas ao trabalho formal/informal; em seis delas constava as expressões mercado ou mundo do trabalho. Todas as pesquisas apontavam alguma relação das ações de extensão com TPE de maneira não explícita.

No trabalho de Lima (2009) consta uma ação de extensão onde a autora descreve a ação de extensão que acreditamos seja um exemplo de TPE quando diz “A troca de saberes permite ao aluno não ficar preso a seu mundo acadêmico, mas sim sistematizar a sua formação e, à sociedade, uma atuação da Universidade” (LIMA, 2009, p.41).

Em Cabral (2012) encontramos a ideia de extensão com TPE quando ele diz que

“O **trabalho** de extensão desenvolvido através de oficinas interdisciplinares e com a ideia de troca com a comunidade, também é corroborado pelo outro estudante entrevistado, envolvido na prática da assessoria popular [...]

Como explica o entrevistado (Prof. EDU), é na aproximação e na troca de saberes com a comunidade que “a gente aprende muito e a gente desfaz mitos”. [...] É consensual entre os entrevistados que somente prestar um serviço para a comunidade ou somente retirar um dado que é interesse para o trabalho acadêmico, sem haver uma troca de saberes e uma interlocução efetiva com a comunidade, faz com que o retorno para a universidade seja muito menor. A riqueza está na aprendizagem propiciada pela relação da universidade com a comunidade, na valorização dos saberes e da cultura [...]”. (CABRAL, 2012, p. 202, grifo nosso)

Em Silva (2012) que traz o estudo acerca da extensão na área de saúde o autor faz entrevistas com estudantes extensionistas e um deles destaca a extensão com campo de formação de caráter

“multiprofissional” e salientou a importância das relações dialógicas para o trabalho articulado numa equipe multidisciplinar (SILVA,2012, p.84).

No trabalho de Silva, Carla (2016) a aprendizagem advinda de um trabalho extensionista com viés de TPE aparece sinalizada no excerto abaixo:

“É interessante ver o acadêmico no seu primeiro dia de projeto e no dia-dia, ver seus desafios, suas reflexões, seus questionamentos. Passado um tempo, depois de algumas contações, demonstra maior leveza, mais segurança e maior satisfação consigo. A maioria demonstra interesse pelo trabalho. [...]

A saída do acadêmico do projeto é muito específica e tranquila. [...] Tenho a impressão de que o acadêmico sai mais realizado, mais bem resolvido com ele mesmo e feliz. E quando encontrado, casualmente, fora do ambiente, a maioria demonstra um sentimento positivo e prazeroso sobre o período que vivenciou no projeto”. (SILVA, 2016, p.88)

Observamos, a partir da análise das dissertações e teses, que nenhum dos trabalhos cita o *Trabalho como Princípio Educativo* de acordo com o conceito de Gramsci (2010), mas que nove trabalhos fazem alguma alusão, mesmo que sutil, ao TPE como prática do trabalho com a extensão. Acreditamos que a extensão é um importante pilar do tripé em que se sustenta a universidade e carecem trabalhos que discutam o trabalho como princípio educativo nesse pilar da extensão, o que acreditamos ser um tema muito importante a ser estudado.

CONCLUSÕES

A partir das reflexões feitas neste artigo, demonstramos que existem estudos importantes sobre extensão, mas que o TPE ainda é negligenciado e que podemos relacioná-lo com uma das funções sociais dos Institutos de Educação Superior e das Universidades, o de proporcionar extensão a seus discentes, e que ao realizarem este trabalho de extensão, de maneira voluntária, eles possam contribuir com a sociedade, aprenderem pelo fazer do trabalho e poderem dar sentido ao que fazem, à vida deles, ao mundo. Terem liberdade de atuar e não serem explorados e coagidos a realizarem tal tarefa.

O TPE pode ser observado como inerente à extensão universitária, por trazer um trabalho que pode ser feito de maneira voluntária ou mesmo recebendo bolsa, mas sem coerção já que o aluno geralmente se inscreve para participar dos projetos e relacionado ao ensino pode trazer aos estudantes e para a comunidade um grande aprendizado, não só como forma de aprender ainda mais os conteúdos teóricos, mas sim aprender com a convivência em contato com a comunidade e dar sentido à vida no que diz respeito ao poder fazer uma transformação social e poder comparar o antes e o depois de uma intervenção dos Institutos de Ensino Superior – IES nas suas comunidades. O que é mostrado nas dissertações é que em muitas ações de extensão os alunos se sentem motivados e veem na prática que o que eles estão estudando tem propósito. O TPE na extensão acontece também quando os IES se

colocam na comunidade e sensibilizam seus membros através da exposição dos projetos e estabelecem um acordo, uma convenção de cooperação mútua onde beneficiam e também são beneficiadas pela troca de saberes. A liberdade de agir dos estudantes nas comunidades, através de ações que muitas vezes são propostas pelos alunos, e não só pelos orientadores, é o que caracteriza o TPE e a extensão, mais do que a pesquisa.

Acreditamos que nosso trabalho pode contribuir com a discussão sobre a importância do TPE relacionado à extensão universitária e pensamos ser possível daqui a algum tempo que este tema possa vir a ser mais frequente e mais trabalhado na produção de conhecimento acerca da extensão universitária brasileira.

REFERÊNCIAS:

BERTELLI, Tania Raber. **A instituição de ensino superior e a efetivação das políticas de atendimento ao idoso: conhecer para a vida, viver para conhecer.** 96 f. 2006. Mestrado em Educação. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2006.

BEZERRA, Edileusa Medeiros. **GESTÃO DE PROJETOS EXTENSIONISTAS: UM ESTUDO DE CASO NA EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA.** 98 f. 2013. Mestrado Profissional em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação. UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA, Salvador, 2013.

BONIFACIO, Juliana Rodrigues. **A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E O ENSINO EM SAÚDE NA UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI: uma análise dos projetos de extensão.** 92 f. 2017. Mestrado Profissional em Ensino em Saúde. UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI, Diamantina, 2017.

BRASIL, **Decreto nº 19.850**, de 11 de abril de 1931a. Disponível:
<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19850-11-abril-1931-515692-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso: 01 julho 2018.

_____. **Decreto nº 19.851**, de 11 de abril de 1931b. Disponível:
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: 01 julho 2018.

Acesso em 01 de julho de 2018.

_____. **Lei nº 4.024**, de 20 de dezembro de 1961. Disponível:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4024.htm. Acesso em 01 de julho de 2018.

_____. **Decreto nº 62.927**, de 28 de junho de 1968a. Disponível:
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-62927-28-junho-1968-404732-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 01 de julho de 2018.

_____. **Lei nº 5.540**, de 28 de novembro de 1968b. Disponível: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5540-28-novembro-1968-359201-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 01 de julho de 2018.

_____. **Decreto-Lei nº 916**, de 7 de outubro de 1969. Disponível:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1960-1969/decreto-lei-916-7-outubro-1969-375250-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 01 de julho de 2018.

_____. **Decreto nº 79.296**, de 24 de fevereiro de 1977. Disponível:

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-79296-24-fevereiro-1977-428200-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 01 de julho de 2018.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: 1996.

Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em 01 de julho de 2018.

CABRAL, Nara Grivot. **Saberes em extensão universitária: contradições, tensões, desafios e desassossegos**. 261 f. 2012. Doutorado em Educação. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL, PORTO ALEGRE, 2012.

FORPROEX. **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: 2012. Disponível em:

<<https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>>.

Acesso em: 01 julho 2018.

GERALDO, Romário. **A extensão nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais**. 289 f. 2015. Doutorado em Educação. UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte, 2015.

_____. **Programa de Apoio à Extensão Universitária - PROEXT na UFJF**: um estudo sobre o planejado e o realizado. 156 f. 2011. Mestrado em Educação. UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ, Rio de Janeiro, 2011.

GRAMSCI, Antônio. Caderno 12. IN: **Cadernos do Cárcere**. Vol. 2 (Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo). Edição e Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Coedição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 4ª Ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GURGEL, R. M. **Extensão Universitária: Comunicação ou domesticação?** São Paulo: Cortez – autores Associados, Universidade Federal do Ceará. 1986.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO. CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO NORTE.

Projeto Político-Pedagógico do IFRN: uma construção coletiva. Resolução 38/2012-CONSUP/IFRN, de 26/03/2012. Disponível em: <http://portal.ifrn.edu.br/institucional/arquivos/documento-base-do-ppp>

JANÇA, Veronica Assis. **A Extensão Universitária e o Ensino de Línguas**: Um estudo de caso. 81 f. 2005.

Mestrado em interdisciplinar linguística aplicada. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

JUNIOR, Alcides Leão Santos. **A extensão universitária e os entrelaços de saberes**. 255f. 2013. Doutorado em Educação. UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, Salvador, 2013.

LIMA, Bárbara Souza. **A extensão Universitária no Curso de Educação Física da Universidade Federal do**

Maranhão: uma análise do projeto “Jovens com a bola toda. 137 f. 2009. Mestrado em Ciências Sociais.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO, SÃO LUÍ, 2009.

LINS, Francisco Xavier Dantas. **Sobre a história da extensão universitária:** o que os textos revelam e a prática desvela? 95 f. 2017. Mestrado em Saúde e Sociedade. UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, Mossoró, 2017.

LÍRIO, Carlos José. **Ações afirmativas e recursos discursivos:** a representação dos atores sociais na dimensão extensionista de projetos educacionais selecionados para o Programa UNIAFRO em 2008. 180 f. 2012. Doutorado em ESTUDOS LINGÜÍSTICOS. UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, BELO HORIZONTE, 2012.

MAIA, Edilson Miguel Cardoso. **A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: A EXPERIÊNCIA DO ASSOCIATIVISMO APÍCOLA NO MUNICÍPIO DE PRUDENTÓPOLIS-PR.** 186 f. 2014. Mestrado em Desenvolvimento Regional. UNIVERSIDADE DO CONTESTADO, 2014.

MESQUITA, Edineide Jezine. **A CRISE DA UNIVERSIDADE DIANTE DA PÓS-MODERNIDADE.** In: I Congresso Brasileiro de Extensão Universitária - CEBEU, 2002, João Pessoa, PB. Anais (on-line). João Pessoa: CEBEU, 2002. Disponível em http://www.prac.ufpb.br/anais/Icbeu_anais/anais/institucionalizacao/acrisedauniversidade.pdf Acesso em 01/07/2018.

NADAL, Karla. **Reflexões sobre extensão universitária:** um estudo de caso do Projeto Teste da Orelhinha em Irati e Região (TOIR). 119 f. 2014. Mestrado Profissional em GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS. Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, 2014.

PINTO, Fernanda. **A Extensão Universitária e o Desenvolvimento Social de Idosos:** o caso de um programa interdisciplinar na UFCG – PB. 155 f. 2012, Mestrado em Desenvolvimento Regional. Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2012.

RIEDER, A. **A Extensão Universitária através do Projeto Rondon:** participação das Universidades Públicas de Mato Grosso. Rev. GUAL, v. 5, n.2, p. 58-71, 2012

ROCHA, José Cláudio. **A Reinvenção Solidária e Participativa da Universidade – Um Estudo de Caso Múltiplo sobre Rede de Extensão Universitária no Brasil.** 323 f. 2006. Doutorado em EDUCAÇÃO. UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA, SALVADOR, 2006.

SANTOS, Ana Paula Fliegner dos. **Curricularização da extensão:** Projeto Comunitário nos cursos de Graduação do Centro Universitário- Católica de Santa Catarina em Jaraguá do Sul. 110 f. 2017. Mestrado em EDUCAÇÃO (CURRÍCULO). PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO, São Paulo, 2017.

SILVA, Andre Tiago Dias da. **INOVAÇÃO SOCIAL NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA:** a experiência no Núcleo de Estudos da Terceira Idade da Universidade Federal de Santa Catarina. 320 f. 2016. Mestrado em Administração: UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Florianópolis, 2016.

SILVA, Antonio Fernando Lyra da. **Extensão Universitária na UFF:** uma análise crítica no campo da saúde com foco na Formação. 151 f. 20-12. Mestrado em SAÚDE COLETIVA. UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE, Niterói, 2012.

SILVA, Carla Elisabete Cassel. **A CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A FORMAÇÃO ACADÊMICA.** 156 f. 2016. Mestrado em Educação. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL, Porto Alegre, 2016.

SOARES, Renata Correa. **EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NO BRASIL E NA UFRRJ: QUANDO E COMO ESTAS HISTÓRIAS SE ENTRELAÇAM.** 137 f. 2017. Mestrado em Educação, contextos contemporâneos e demandas populares. UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO, Seropédica, 2017.

SOKOLOWSKI, Maria Teresa. **A natureza da extensão na Universidade Metodista de Piracicaba.** 194 f. 1993. Mestrado em Educação. Universidade Metodista de Piracicaba. 1993.

TOSCANO, Geovânia da Silva. **Extensão universitária e formação cidadã: a UFRN e a UFBA em ação.** 2006. 288f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional; Cultura e Representações) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006. Disponível em:
<<http://repositorio.ufrn.br:8080/jspui/bitstream/123456789/13671/1/GeovaniaST.pdf>>